

1 Às 18h50min (dezoito horas e cinquenta minutos), do dia 26 de maio de 2022, o Pre-
2 sidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), César Edu-
3 ardo de Moura, abriu a 404ª Sessão Plenária deste Conselho. Pauta: **1.** Abertura. **2.**
4 Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art.
5 34. **3.** Aprovação das Ata 403 (enviada por e-mail). **4.** Informes. **5.** Discussão sobre o
6 Programa Escola Integrada; **6.** Prorrogação do prazo para convocação da próxima
7 Conferência Municipal de educação, nos termos do §1º da Lei nº 7.543/98 (Institui o
8 SME, cria o CME/BH e dá outras providências) - NECESSÁRIO QUÓRUM DE 2/3
9 DOS MEMBROS DO CME; **7.** Indicação de representante do CME/BH para compor
10 Comissão Preliminar do FMPE/BH sobre a "X Conferência Municipal de Educação de
11 Belo Horizonte"; **8.** Indicação de representante do CME/BH para compor Comitê de
12 Ética em Pesquisa da UEMG; **9.** Retorno das visitas realizadas pela Comissão Espe-
13 cial às Escolas Municipais Carlos Góis e Aurélio Pires; **10.** Esclarecimentos sobre o
14 edital SMED 001/2022 - Reforço Escolar; **11.** Reorganização do Calendário Escolar
15 DAS TURMAS DE 5 ANOS das instituições parceiras da Rede Municipal. Conselhei-
16 ros Presentes: Alan Oliveira Mendes, César Eduardo de Moura, Elaine de Jesus dos
17 Santos, Elair Sanches Dias, Elias Lopes de Freitas, Gabriela Sales de Oliveira, João
18 Henrique Lara do Amaral, Joaquim Calixto Filho Calixto Filho, Juvenal Lima Gomes,
19 Letícia de Melo Honório; Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Umbelina Angélica Fer-
20 nandes e Vânia Gomes Michel Machado. Justificaram ausências, os(as) Conselhei-
21 ros(as): Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Débora Alves Santos Ferreira Ribeiro,
22 Helder de Paula Moura, Talita Barcelos Silva Lacerda, Wanderson Paiva Rocha. Mem-
23 bros da Secretaria Executiva presente: Alexander Corradi e Elise Ferreira. Desenvol-
24 vimento da plenária: **1)** O Presidente do CME/BH, César Eduardo de Moura, abriu a
25 Sessão Plenária cumprimentado a todos e desejando um boa noite e bom trabalho a
26 todos os presentes. **2)** Estabelecimento do teto para término da reunião: indicou a
27 referência 20h30min, que foi aprovado à unanimidade. **3)** Aprovação das Ata 403,
28 levada à votação, foi aprovada. **4)** O Presidente do CME/BH pergunta aos conselhei-
29 ros, se alguém tem algum informe a dar, a Conselheira Letícia de Melo Honório notifica
30 que a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte elaborou uma publicação,
31 cuja impressão foi feita com recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
32 de Belo Horizonte (CME/BH), denominada "*Escola Lugar de Proteção - Guia de Ori-*
33 *entações e Encaminhamentos*". Salaria, ainda, que o documento tem uma versão
34 "*on line*", cujo link de acesso é: [https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/escola-lugar-](https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/escola-lugar-de-protecao)
35 [de-protecao](https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/escola-lugar-de-protecao). Afirma, em seguida que gostaria de saber se a publicação já foi entregue,
36 o que foi confirmado pela Secretária Executiva Elise Ferreira, que destacou que foram
37 encaminhados três volumes, que ela repassou um para a Secretária Executiva que
38 assessora do Fórum Municipal de Educação de Belo Horizonte (FME/BH) e o Conse-
39 lho do Fundeb. O Presidente, César Eduardo de Moura agradeceu a Conselheira Le-
40 tícia de Melo Honório, como não houve mais informes, passou a palavra a Conselheira
41 Umbelina Angélica Fernandes que propôs na plenária do mês de abril a pauta refe-
42 rente à Discussão sobre o Programa Escola Integrada (PEI). A citada Conselheira
43 cumprimentou a todos, agradeceu a acolhida da sua proposta, afirmando que tentaria
44 ser objetiva, ressaltando que sua expectativa é que o grupo de conselheiros presentes
45 possam ajudar a pensar em quais os pontos que o Conselho pode intervir e se mani-
46 festar. Iniciou lendo um texto que fala do programa, a saber: "*o Programa Escola In-*
47 *tegrada (PEI) foi implantado no ano de 2006, na Rede Municipal de Belo Horizonte*
48 *(RME/BH), com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação,*
49 *por meio da ampliação da jornada educativa dos estudantes em espaços alternativos*

50 *na comunidade proporcionando conhecimento além das estruturas escolares. O PEI*
51 *propõe o aumento do tempo de permanência desses estudantes e uma maior atuação*
52 *nos espaços alternativos da comunidade como praças, empresas, quadras, associa-*
53 *ções etc. Nesse sentido a cidade passa a ser local para aprendizado para os estudan-*
54 *tes, para os educadores, para os transeuntes, para a sociedade como um todo. É a*
55 *educação sendo apresentada para a sociedade todos os dias no cotidiano da cidade”.*
56 Na sequência pontua, em linhas gerais, que o Programa acontece, através da oferta
57 de oficinas – de acordo com a demanda de cada comunidade - de forma a proporci-
58onar aos estudantes atividades que provavelmente não realizariam sem a escola, seja
59 por falta de renda ou simplesmente por não terem conhecimento sobre elas. Salienta
60 que se trata de uma política pública que visa uma maior inclusão social, a melhoria na
61 qualidade da educação. Destaca que crianças que apresentam muitas dificuldades no
62 ensino regular, no PEI passam a ter um protagonismo muito grande, favorecendo o
63 aumento de sua autoestima, e conseqüentemente, na melhoria do desempenho es-
64colar. Afirma que a maioria das escolas da Rede Municipal de Educação estão em
65 comunidades pobres e periféricas sem infraestrutura, sem espaços coletivos e equi-
66pamentos públicos, como um centro cultural ou Centro de Referência da Assistência
67 Social (CRAS). Ressalta, ainda, que o público das referidas escolas é composto em
68 sua maioria por afrodescendentes, de baixa renda, que o programa desenvolvido, na
69 escola onde trabalha, foi pensado para atender aquela comunidade, tem *“um viés cul-*
70 *tural, artístico, esportivo, tecnológica e de acesso às mídias, mais especificamente a*
71 *internet”*. Informa que o PEI ofertava oficinas de informática, artesanato, capoeira,
72 dança urbana, esporte, apoio ao para casa e reforço escolar – *“todas pensadas a*
73 *partir do projeto político pedagógico da escola, da demanda e das necessidades das*
74 *pessoas que vivem naquela região”* - frisando que é *“uma forma de integrar, dar visi-*
75 *bilidade e protagonismos aos estudantes*. Salienta, ainda, que o fato de os alunos
76 estarem no PEI os livra do aliciamento do tráfico, além de terem alimentação e mo-
77mentos de fruição. Diz que o Programa era muito robusto, dispunha de muitos recur-
78sos específicos/exclusivos, além de muitas parecerias - o que não acontece hoje. Res-
79salta que em 2019 o Programa passou a sofrer perdas e mudanças, *“que não pres-*
80 *cindiram de um diálogo da SMED com as escolas e as comunidades escolares”*. Acentua
81 que perderam os monitores do reforço escolar; as aulas-passeio em clubes, mu-
82seus e diversos espaços da cidade, por falta de financiamento do transporte. Assevera
83 que com a pandemia, todos os imóveis da comunidade, usados para as atividades da
84 Escola Integrada, foram desalugados – o que entende ser correto - e os professores
85 foram colocados regime de sobreaviso. Destaca que quando o teletrabalho foi implan-
86tado na RME/BH, *“o PEI ficou no limbo, como se não existisse”*. Afirma que os profes-
87sores da escola conseguiram trazer os monitores para o teletrabalho, no retorno pre-
88sencial eles voltaram para escolas desempenhando várias tarefas - destacando a or-
89ganização dos espaços, que não faziam parte da função deles. Neste período a SMED
90 determinou que não poderiam ser alugados imóveis para a Escola Integrada, que pas-
91saria a funcionar em outros moldes, priorizando o reforço escolar, de forma a recupe-
92rar os danos causado pela pandemia. Pontua que hoje, na sua escola, o PEI funciona
93 em três salas, que anteriormente eram atendidas de cerca de 500 (quinhentos) a 600
94 (seiscentos) alunos, que hoje a oferta de vagas foi reduzida a 120 (cento e vinte).
95 Destaca, também, a dificuldade em se realizar determinadas oficinas dentro da escola,
96 com a de capoeira, que por conta do som dos instrumentos e da cantoria, que atrapa-
97lham as demais atividades que estão sendo desenvolvidas. Assevera que hoje a Es-
98cola Integrada está lidando com situações estressantes e difíceis de resolver, pois não

99 existem mais equipes que atendam/orientem o programa como antes, e sim apenas
100 três pessoas, destacando que as demandas são muito grandes. Afirma também, que
101 o salário da equipe de monitores diminuiu drasticamente, o que levou a alguns pedi-
102 ram demissão. Informa, ainda, que hoje os educadores estão sendo contratados por
103 Organizações da Sociedade Civil (OSC) com salários menores, que muitos deles não
104 têm o vínculo com a comunidades/famílias, ou seja, não conhecem as escolas e as
105 regiões onde vão trabalhar. Diz que agora os alunos têm que fazer um cadastro, res-
106 pender perguntas para que sejam definidas as prioridades para o atendimento. Na
107 sequência a Conselheira Umbelina Angélica Fernandes apresenta algumas pondera-
108 ções e perguntas que acha pertinente de serem feitas por este Conselho à SMED, a
109 saber: “Os recursos financeiros que mantem o PEI, hoje, são 100% da PBH? Essa
110 informação é disponibilizada para as comunidades escolares e à população de modo
111 geral? O orçamento para custeio e manutenção das OSC’s saem da verba da educa-
112 ção?” Os valores investidos serão divulgados, para avaliarmos se os custos da “*per*
113 *capita*” são maiores ou menores, em relação ao custo tempo integral nas escolas –
114 Escola Integrada – de forma que se possa avaliar melhor. Os profissionais, que vão
115 trabalhar na escola, terão contato com o Projeto Político Pedagógico da Escola? Eles
116 vão estabelecer, na escola, o mesmo vínculo com a criança que o educador popular
117 que está inserido na comunidade? Quem vai avaliar o trabalho deste profissional?
118 Que contato a escola terá com essa OSC? Qual é a comunicação entre estas instân-
119 cias? Destaca, ainda, que denominação “monitores” reduz muito a importância e o
120 papel que os educadores populares realizam, pondera que seria importante verificar
121 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a melhor nomenclatura - para huma-
122 nizar mais a relações de trabalho e resgatar o ânimo destes profissionais, que preci-
123 sam ser valorizados. Afirma que gostaria que as contratações dos educadores fossem
124 da autonomia das escolas e questiona em seguida: “*Que dados a SMED tem para*
125 *dizer que o Programa Escola Integrada - nos moldes que funcionava - era ou não*
126 *eficiente? Pontua que “sente que tudo está muito burocratizado a contratação de pes-*
127 *soa, muito confuso em relação ao quantitativo de trabalhadores/monitores que as es-*
128 *colas podem ter. Ressalta que gostaria de ter informações sobre “os acompanhantes*
129 *das crianças com deficiência - que gostam e precisam da Escola Integrada”.* Afirma
130 que foi ventilada a “*possibilidade da criação de um “conselho consultivo com repre-*
131 *sentantes das regionais, da SMED, de professores e coordenadores regionais – eleito*
132 *ou por indicação de seus pares – que poderia avaliar/esclarecer a entrada das OSCs”.*
133 Questiona ainda: “*será que a Escola Integrada estava quebrando a educação?*” Ela
134 funcionou de 2009 a 2019, “*o que aconteceu de lá para cá? Ela está sendo conside-*
135 *rada um gasto excessivo, um rombo na educação?*”. Finaliza afirmando que a SMED
136 “*está tendo um comportamento histórico de não dialogar com as bases, pergunta ‘que*
137 *vai acontecer como programa? Pontua que gostaria que fossem oferecidos: cursos e*
138 *atividades que possam ajudar os educadores sociais na melhoria de sua ação, junto*
139 *aos estudantes - cita, a título de exemplo, a “educação sexual, educação para o patri-*
140 *mônio”, além da garantia de que importantes pilares da Escola Integrada deveriam ser*
141 *mantidos”, destacando novamente as parcerias que garantem acesso, dentre outros,*
142 *à questões ligadas ecológica, patrimônio, tecnológica e conhecer a cidade. Finaliza*
143 *afirmando que é imponte que sejam feitos esclarecimentos para o corpo docente e as*
144 *direções sobre: “o que é Escola Integrada, para que eles o valorizem; questiona o que*
145 *é o “Projeto APPIA”, e, o que é “a inserção orgânica a integrada na escolar regular”.*
146 Em seguida o Presidente do CME/BH agradece relato feito pela Conselheira, antes
147 de passar a palavra, para os próximos conselheiros que se inscreveram – Gabriela

148 Camila de Oliveira e Joaquim Calixto Filho Calixto Filho - pergunta se Umbelina An-
149 géliça Fernandes tem alguma proposta de encaminhamento para apresentar à Planá-
150 ria. Frente à negativa da Conselheira, que afirma querer a ajuda dos demais conse-
151 lheiros na questão em pauta, César Eduardo de Moura passa a palavra para a Con-
152 selheira Gabriela Camila Sales de Oliveira cumprimenta a todos e salienta, em se-
153 guida, que espera responde à algumas questões feitas pela Conselheira que a ante-
154 cedeu, que talvez possam ajudá-la. Afirma que *“não pode falar da referida política*
155 *pública”*, e que o *“relato dado pela conselheira Umbelinda Angélica Fernades foi ma-*
156 *ravilhoso”*. Destaca que conhece o programa, que acha que ele muito importante, sa-
157 lientando que a Instituição na qual trabalha já cedeu parte do seu espaço, para a Es-
158 cola Municipal Professor Domiciano Vieira, antes dela ser reformada. Evidência que o
159 projeto realizado no contraturno é muito importante, assim como os vínculos que se
160 cria com a comunidade. Informa que não pode falar do referido projeto, nem da política
161 pública, mas que pode falar é sobre as questões das Organizações da Sociedade Civil
162 (OSC). Pondera que ao se optar pela parceria, há a ideia de que se abre para a Soci-
163 edade Civil a possibilidade de *“participar da resolução daqueles problemas”*. Informa
164 que para se estabelecer uma parceria, ela pode ser feita com organizações religiosas,
165 algumas fundações e cooperativas específicas vinculadas à ideia de diminuir pobreza,
166 de trabalho e de formação. Para tanto é aberto um credenciamento e publicizado um
167 edital que deve conter os objetos, as metas, os custos, que também devem ser pon-
168 tuados no plano de trabalho. Alega que ao se falar de parceria com a iniciativa privada
169 não é algo pejorativo, é ter uma associação – que trabalha com algo muito específico
170 – para qual se pede uma colaboração, porque *“ela foi criada para isso”*. Destaca que
171 há uma ideia, errônea de que em países, onde o estado é mais participativo, o terceiro
172 setor é menor, o que não é verdade, informa que, *“grandes projetos como o Instituto*
173 *da Paz são desses países’*. Pontua que em vários países há uma divisão em três
174 partes, afirma para a Constituição Portuguesa existe *“o setor público, o privado e o*
175 *que eles chamam de social e solidário – ligado às associações, cooperativas, sindica-*
176 *tos, clubes, coletivos”*. Afirma que é *“a própria sociedade se organizando para falar,*
177 *podemos participar disso”*. Pondera que quando uma parceria é feita, ela pode ser
178 instituída com organizações religiosas, algumas fundações, associações e com algu-
179 mas cooperativas específicas vinculadas, dentre outras, à ideia de diminuir pobreza,
180 questões de trabalho e formação. Destaca que é feito um credenciamento ou um edi-
181 tal, que deve constar os objetos, as metas e os custos, pondera que o plano de traba-
182 lho tem que prever isso – o chamamento público provê. Informa que OSC precisará
183 pontuar tudo que necessitará, tais como: o quantitativo de monitores e coordenador;
184 local com a infraestrutura básica; de recurso para pagar uma contabilidade; gastos
185 com energia elétrica etc. Assevera que tudo deverá, ainda, contar em plano de traba-
186 lho, que por sua vez tem um plano de custo e as metas a serem alcançadas /compro-
187 vadas. Destaca que é preciso fazer um “relatório de execução do objeto” que foi de-
188 terminado - pois é preciso cumprir a política. Salienta que no referido relatório devem
189 ser apresentadas fotos que comprove o que foi realização, dentro do que foi proposto.
190 Afirma que colocou no Chat o *link* do Portal das Parcerias, que, quando acessado e
191 inserido o CNJP de uma OSC, pode-se ter acesso ao seu plano de trabalho, e aos
192 dados relativos à sua vigência, quem é o presidente/coordenador, qual a política pú-
193 blica que ela tem que alcançar. Caso não saiba o CNPJ ou o nome correto da institui-
194 ção, é possível abrir todas as instituições parcerias, tentar localizar aquela da qual se
195 deseja ter acesso, seus dados - mas destaca que são várias e de vários setores, tais
196 como cultura, assistência social etc. Afirma em seguida que a escolha da política

197 pública é uma definição da SMED, que antes da escolha da OSC é publicado um edital
198 com muitos requisitos a serem cumpridos, que demanda, dentro outros, comprovação
199 de tempo de existência, de tempo de experiência, além de provar que realiza a ativi-
200 dade por ela discriminada. Destaca, ainda, que a instituições escolhida passam a re-
201 ceber recursos referente as verbas da Educação, a serem controladas em relação a
202 execução do objeto, tanto pela SMED, como pelas mediadoras ligadas à própria es-
203 cola, pelo tribunal de contas e demais controles, incluindo o cidadão que vai estar lá
204 no dia a dia. Assevera que as perguntas mais importantes são: *“Porque a política*
205 *pública escolheu a OSC?”* *“Qual o custo disso?”* Afirma que se Umbelinda Angélica
206 Fernades for eliminado algumas perguntas, encontrará o entendimento do porquê são
207 feitas as propostas de parceria. Na sequência pontua que possivelmente *“parceiriza-*
208 *ção com OSC é mais barata”* e destaca que esse cálculo nunca foi feito em relação
209 ao *atendimento à educação infantil*, salienta que os salários são menores, os custos
210 ficam todos para as OSC - exemplificando que na parceria, o vínculo de trabalho do
211 educador termina assim que finaliza a vigência do contrato, que no caso do servidor
212 público ele tem estabilidade, um tempo a cumprir até se aposentar. Ressalta que há
213 vedações relativas à contratação de algumas OSC, assevera que elas não podem,
214 por exemplo, ter vínculos com Ministério Público (MP) e Judiciário, caso isso ocorra,
215 deve haver o descredenciamento a OSC, que deve ser denunciada ao Tribunal de
216 Contas, à Gerência de Apoio às Parcerias (GAPOP) - unidade ligada à Procuradoria
217 Geral do Município - afirmando que *“é um favor que se faz a quem quer trabalhar de*
218 *forma correta, e se há veículos, que eles sejam retirados e fale que há vedações*
219 *quanto à contratação relativas ao poder judiciário e legislativo”*. Destaca que pode ser
220 pedido que OSC que ela prove que temo tempo de experiência e assevera há inúmer-
221 ras formas de controle da OSC. Afirma que acredita que a dúvida do pessoal da Escola
222 Integrada esteja em entender: *“porque a escolha, por que a política pública foi para*
223 *isso, além de todos os questionamentos relativos a que as coisas não estão bem*
224 *clara”*, e assevera *“não há muita transparência nas informações, não ficou claro por-*
225 *que foram escolhidas as parcerias*. Afirma que se *“o intuito de sua fala é tirar algumas*
226 *dúvidas, quanto ao credenciamento, a execução, ao controle e o acesso a isso”*. Ga-
227 briela Camila Sales de Oliveira Recomenda, na sequência que Conselheira Umbelina
228 Angélica Fernandes, *“entre no portal das parcerias da PBH, e conferir tudo isso. Se*
229 *you tiver qualquer dúvida, se you quiser uma ajuda, pode me ligar*. Pontua que a
230 questão dita de que *“às vezes não é só legalidade”*, destaca que concorda, e diz que
231 às vezes é falta de sensibilidade, pois *“o fato de ser uma OSC não tira o vínculo com*
232 *a comunidade, porque grande parte das creche parceiras, elas são parceiras, porque*
233 *estão dentro da comunidade, e não é possível fazer EMEI em alguns lugares, afir-*
234 *mando que tem que ser analisado em vários aspectos , destacando que às vezes a*
235 *OSC é fruto da comunidade, por isso ela tem mais vínculos do que o próprio poder*
236 *públicos que chega e faz depois”*. Afirma que *“a Integrada tem um logo caminho, até*
237 *para essa inserção, mas isso tem que ser feito com um tipo de filtro*. Afirma, que a
238 intenção era respondê-la em relação a questão das OSC e destaca que está disponí-
239 vel para ajudá-la no que precisar, que podem olhar juntas e discutir alguns pontos.
240 Assevera que pode ajudá-la e acredita que a proposta seria encaminhamento à SMED
241 de algumas destas suas perguntas e questões relativas à falta de diálogo. De volta à
242 fala, o Presidente do CME/BH cita o Decreto 13.109/2014, dispõe sobre as regras que
243 regem as parcerias do poder público municipal e as organizações da sociedade civil.
244 Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Joaquim Calixto Filho,
245 que em síntese manifestou: a) precisamos avançar no “quesito de participação”; b)

246 pediu esclarecimento sobre o significado da sigla OSC, foi informado que se trata de
247 Organizações da Sociedade Civil. Em aparte, a Conselheira Gabriela Camila Sales de
248 Oliveira lembrou ao Conselheiro Joaquim Calixto Filho que passou ampla material a
249 ele, que trata de forma pormenorizado do tema das parcerias; c) que as oficinas do
250 Projeto Escola Integrada (PEI) poderiam desenvolver oficinas de “política, economia
251 e social”; d) percebe que Conselheiros de Conselhos de Educação no âmbito federal,
252 excluem os segmentos de pais, alunos e comunidade. De volta a fala, o Presidente
253 deu voz ao Conselheiro Juvenal Lima Gomes, que em síntese manifestou: a) vê im-
254 portância enorme nas manifestações da Conselheira Umbelina Angélica Fernandes;
255 b) envio de ofício à SMED solicitando respostas às questões apresentadas sobre o
256 PEI; c) que durante o momento de exceção sanitária devido ao novo coronavírus, o
257 CME/BH trabalhou ininterruptamente; d) pelas respostas da SMED ao ofício que será
258 encaminhado, seria importante apurar o debate, acionando outras instâncias de con-
259 trole social. De volta a fala, o Presidente teceu comentários à fala do Conselheiro
260 Juvenal Lima Gomes e fez uma proposta de encaminhamento, a saber: Análise das
261 propostas carreadas pela Conselheira Umbelina Angélica Fernandes, o que seria per-
262 tinentemente de encaminhar à SMED e, como um encaminhamento à parte, o que seria
263 destinado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Sugere o Presidente,
264 que a Conselheira Umbelina Angélica Fernandes apresente o registro, que possa ser
265 apreciado pela Mesa Diretora (MD), responsável por elaborar e encaminhar os ofícios
266 a quem se destinar. Passou a palavra ao Pleno, se haveria outra proposta de encami-
267 nhamento. Não houve manifestações, desta forma, o Presidente consultou ao Conse-
268 lheiro Juvenal Lima Gomes se as propostas apresentadas até então, poderiam ser
269 fundidas em uma só. Houve concordância do Conselheiro mencionado. Levou o Pre-
270 sidente à apreciação e manifestação do Pleno e colocou em votação o encaminha-
271 mento de: Apresentação do registro da Conselheira Umbelina Angélica Fernandes
272 para à MD, que será responsável por elaborar ofício à SMED e outros órgãos de con-
273 trole social, após analisar o conteúdo do mencionado apontamento. Levado à votação,
274 o encaminhamento aprovado à unanimidade. Na sequência tratou-se do ponto de
275 pauta número 6, que considerado prejudicado por não dispor a Sessão Plenária em
276 tela, do número mínimo de Conselheiros(as) presentes, necessário para sua tratativa.
277 7) O Presidente explicou que se trata de uma demanda apresentada pelo Fórum Mu-
278 nicipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), intempestiva em re-
279 lação à data da realização desta Sessão Plenária Ordinária, uma vez que já ocorreu
280 a primeira reunião preliminar para tratar da X Conferência Municipal de Educação.
281 Neste encontro, foram sinalizadas as datas para as Pré-Conferências e da Conferên-
282 cia Municipal de Educação de Belo Horizonte, referências para o Decreto de convo-
283 cação e Portaria. Houve a indicação inicial, que o tempo ideal para ocorrer a Confe-
284 rência seria o mês de novembro, face às eleições para o legislativo e executivo que
285 ocorrem em outubro do corrente ano. Como indicativo inicial, teríamos as datas de 05
286 e 12 de novembro (dois sábados) para realização da pré-conferências nas regionais,
287 agrupadas em número de 05 regionais no primeiro dia e 04 no segundo dia. As datas
288 preliminares previstas para a Conferência Municipal de Educação seriam os dias 24,
289 25 e 26 de novembro (quinta, sexta e sábado). Feita esta apresentação, o Presidente
290 abriu para considerações sobre as datas sugeridas. Foi verificado que no dia 24 de
291 novembro, ocorrerá um jogo de Copa do Mundo, incompatível portanto com a data
292 apresentada. Pensou-se em antecipar a abertura da Conferência no dia 23 de novem-
293 bro, uma quarta-feira no turno da noite. Depois de vários debates, a contraproposta
294 apresentada pelo Presidente foi abertura 23/11 (quarta-feira) a noite, continuidade em

295 25/11 (sexta-feira) manhã, tarde e noite e encerramento 26/11 (sábado) manhã e
296 tarde. Já o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, fez proposta de datas, a
297 saber 11/12 (domingo), 12/12 (segunda-feira) e 13/12 (terça-feira). A Conselheira Le-
298 tícia de Melo Honório aproveita a oportunidade para informar que não estará presente
299 aos trabalhos da X Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte, uma vez
300 que está grávida e a licença maternidade terá início em outubro do ano corrente. Le-
301 vado à votação a contraproposta apresentada pelo Presidente do CME/BH, os dias
302 23, 25 e 26 de novembro foi aprovada por 07 (sete) votos favoráveis, enquanto a
303 proposta apresentada pelo Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, dos dias
304 11,12 e 13 de dezembro obteve 04 (quatro) votos. Registra-se 01 (uma) abstenção.
305 Desta forma, está indicada como sugestão de data, os dias 23,25 e 26 de novembro
306 para realização da X Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte. Salienta
307 o Presidente, que por consenso, estão indicadas as datas de 05 e 12 de novembro
308 para as pré-conferências regionais. Votou-se novo teto para 21h30min. Aprovado à
309 unanimidade. Na continuidade, passou-se ao ponto de pauta **8**, Indicação de repre-
310 sentante do CME/BH para compor comitê de Ética em Pesquisa da UEMG. A Secre-
311 taria Executiva procedeu leitura da solicitação encaminhada pela UEMG, a saber:
312 “Prezado César Eduardo de Moura, Presidente do Conselho Municipal de Educação
313 de Belo Horizonte. Com nossos cordiais cumprimentos, por solicitação da Pró-Reitora
314 de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais, Profes-
315 sora Magda Chamon, solicitamos a gentileza de indicar 01 (um) um membro do Con-
316 selho Municipal de Educação de Belo Horizonte para atuar no Comitê de Ética em
317 Pesquisa da UEMG - Unidade Belo Horizonte como Representante de Participante de
318 Pesquisa (RPP) no Comitê de Ética em Pesquisa, em cumprimento às normas da Co-
319 missão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Informamos que as reuniões do Co-
320 mitê de Ética em Pesquisa da UEMG são realizadas, mensalmente, às quartas-feiras,
321 no horário das 14h, pela plataforma Microsoft Teams, conforme cronograma abaixo:
322 08/06/22;13/07/22; 10/08/22; 14/09/22; 19/10/22; 09/11/22; 14/12/22. Para informa-
323 ções sobre o Comitê de Ética em Pesquisa, orientamos acessar a página da Univer-
324 sidade: <https://uemg.br/pesquisa/pesquisa/etica#ceuamg>”. Questionado o Pleno do
325 CME/BH, houve candidatura à vaga pela Conselheira Gabriela Camila Sales de Oli-
326 veira. Levada à votação foi aprovada a representação por unanimidade. Ponto de
327 pauta **3**, Apreciação e Aprovação da Ata 403, que será levada à publicação no DOM.
328 Aprovada por 08 votos favoráveis e 04 abstenções, que justificaram o voto por ausên-
329 cia à Plenária que gerou a ata em foco. Ato contínuo, passou-se ao ponto de pauta **9**,
330 este ponto foi prejudicado por ausência do Conselheiro Wanderson Paiva Rocha, que
331 procedeu a visita *in loco*, nesta Sessão Plenária Ordinária. Deu-se continuidade, pas-
332 sando ao ponto de pauta **10**, que trata o reforço escolar. O Conselheiro Marcus Viní-
333 cius Lindenberg Froés, pediu o adiamento das tratativas deste ponto de pauta para a
334 próxima Sessão Plenária Ordinária, que ocorrerá no mês de junho. Propôs ainda, uma
335 consulta à SMED, com roteiro de questões elaborado de forma coletiva, que seria
336 enviado à Mesa Diretora para os devidos encaminhamentos, em torno do edital SMED
337 001/2022 - Reforço Escolar. Proposta aprovada por 9 votos favoráveis; registra-se 03
338 abstenções. Na sequência, passou o Presidente a tratar o ponto de pauta **11**, reorga-
339 nização do Calendário Escolar das turmas de 5 anos das instituições parceiras e pri-
340 vadas da rede municipal. Passou a fala à Conselheira Gabriela Camila Sales de Oli-
341 veira, que fez uma breve digressão sobre o tema. Segue a proposta de documento:
342 **NOTA DE ESCLARECIMENTO** Considerando as implicações para a reorganização

343 dos calendários escolares do ano de 2022, decorrente da suspensão das aulas, rea-
344 lizada pelo Poder Público, até 13 de fevereiro, e posteriormente retorno das aulas,
345 decorrente da decisão judicial (Processo nº 50196418.2022.8.13.0024) para os(as)
346 estudantes de 05 a 11 anos de idade. Considerando o disposto na normatização: -
347 Resolução CNE/CP 02, de 05 de agosto de 2021 (art. 2º e 11); Documento Orientador
348 CME-BH nº 001/2021, de 24 de fevereiro de 2021; consultas apresentadas ao Conse-
349 lho Municipal de Educação referentes a questão. Considerando a obrigatoriedade do
350 cumprimento dos 200 dias letivos e a carga horária mínima de 800 horas exigidas em
351 lei. Considerando a autonomia das instituições na reorganização dos seus calendários
352 escolares. Considerando primordialmente o direito do(a) estudante a uma educação
353 de qualidade. O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte esclarece ques-
354 tões referentes à reorganização dos calendários escolares de 2022 para as turmas
355 afetadas pela suspensão das aulas na rede privada (particular e parceira) do municí-
356 pio, podendo as instituições: - utilizar dias úteis não letivos com atividades escolares
357 presenciais; - utilizar sábados letivos, observadas as especificidades previstas nas
358 normas e convenções coletivas de trabalho; - utilizar atividades escolares não presen-
359 ciais, sendo possível a integralização da carga horária anual legalmente prevista, em
360 data anterior ao dia 13 de fevereiro. Conselho Municipal de Educação de Belo Hori-
361 zonte. Foi proposto pelo Presidente que a Conselheira Gabriela Camila Sales de Oli-
362 veira apresente a Nota de Esclarecimento no grupo de WhatsApp, para leitura, consi-
363 derações e aprovação. Levado à votação, a proposta foi aprovada à unanimidade. Às
364 21h27min, o Presidente César Eduardo de Moura encerrou a Sessão Plenária virtual,
365 agradecendo a presença de todos(as). O registro dessa Sessão foi feito pela Secre-
366 taria Executiva e a gravação, na íntegra, a partir da data desta Sessão Plenária, en-
367 contra-se à disposição dos interessados por um período de 15 dias, sob a responsa-
368 bilidade da Secretaria Executiva do CME/BH. _____